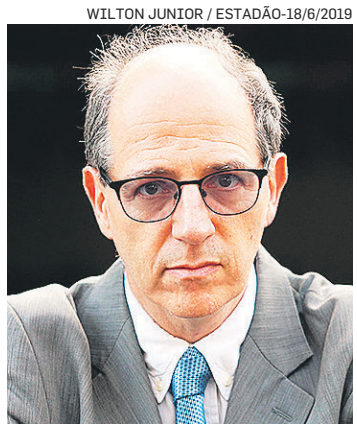
Fabio Giambiagi

‘Lula não está convencido em conciliar ajuste e promessas’

Reeleição não foi uma aprovação da política econômica adotada no 3.º mandato, diz economista

WILTON JUNIOR / ESTADÃO-18/6/2019



ENTREVISTA

Pesquisador associado do Ibre-FGV, é economista e mestre em Ciências Econômicas pela UFRJ; atua no BNDES

LUIZ GUILHERME GERBELLI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não parece convencido da possibilidade de conciliar um ajuste fiscal moderado com o cumprimento das promessas de campanha, avalia Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

O economista vê risco de repetição de problemas semelhantes aos do governo Dilma Rousseff, especialmente se Lula interpretar sua reeleição como uma aprovação da política econômica adotada no terceiro mandato. Giambiagi propõe seis medidas para melhorar o resultado primário em 2 pontos porcentuais do PIB até 2030, passando de um déficit de cerca de 0,5% para um superávit de 1,5%.

Entre as propostas estão a reformulação do arcabouço fiscal, com um teto global de despesas sem exceções, crescimento real zero dos gastos em 2027 e limitação dos reajustes futuros a IPCA mais 1,5%. Ele também defende mudanças na vinculação dos pisos constitucionais de saúde e educação e a criação de um piso salarial nacional mínimo, separado do salário mínimo.

A seguir, trechos da entrevista ao Estadão.

Depois da vitória de Lula, como o sr. avalia o cenário econômico?
Vejo com enorme preocupação o risco de repetição de algo semelhante ao governo Dilma 2, embora o presidente tenha uma habilidade política incomparavelmente maior. Lula não parece convencido de que seja possível conciliar um ajuste fiscal moderado com o cumprimento das promessas de campanha.

Por quê?
O presidente tem recebido vozes dizendo que derrotou o mercado, que a maioria do eleitorado validou as políticas do Lula 3 e que qualquer mudança de rota seria um estelionato eleitoral. Quero contestar as três ideias. Ele derrotou o adversário, não o mercado. Além disso, não obteve maioria dos votos no primeiro turno e venceu o segundo também em razão da rejeição ao adversário. O resultado eleitoral não significa aprovação irrestrita da política econômica. O que deveríamos ter pela frente é um programa claro de ajuste gradual, com seis medidas.

Quais são elas?
A primeira é estabelecer um teto global de despesas, sem exceções, com limite para os créditos extraordinários. O País criou regras fiscais que, ao longo do tempo, passaram a permitir cada vez mais despesas fora dos limites. Precisamos acabar com esses mecanismos. Proponho uma reformulação do arcabouço fiscal. A segunda medida é zerar o crescimento real dos gastos em 2027. A terceira é estabelecer, a partir daí, uma regra de crescimento das despesas limitada ao IPCA mais 1,5%.

Por que não adotar um ajuste semelhante ao do presidente argentino Javier Milei?
O Milei reduziu em 14% o valor real de todas as aposentadorias em 2024. Qualquer parlamentar que defendesse isso no Brasil estaria fora do mercado político. É impossível adotar uma medida dessas aqui.

O sr. também propõe a criação de um piso salarial nacional mínimo. Como funcionaria?
A ideia é criar uma nova figura jurídica, inspirada nos pisos salariais estaduais já previstos em lei. No primeiro ano, esse piso nacional teria o mesmo valor do salário mínimo. Depois, os dois seguiriam trajetórias diferentes: o salário mínimo manteria sua política de valorização, enquanto o novo piso poderia ter reajustes maiores. Não defendo que o governo descumpra compromissos eleitorais. O presidente se elegeu prometendo manter a valorização do salário mínimo, e isso deve ser respeitado. Mas não necessariamente precisa manter, em sentido estrito, a política atual.

Quais são as outras medidas que o sr. propõe?

“Ele (Lula) derrotou o adversário, não o mercado. Além disso, não obteve maioria dos votos no primeiro turno e venceu o segundo também em razão da rejeição ao adversário”

A quinta proposta é mudar a indexação dos mínimos constitucionais da educação. O Fundeb passou de R$ 15 bilhões em 2020 para R$ 68 bilhões neste ano, enquanto o número de crianças em idade escolar diminui. Defendo que o piso da educação seja corrigido apenas pelo IPCA. A sexta é vincular o piso obrigatório da saúde ao teto de gastos, em vez de mantê-lo atrelado à receita. Hoje, quando o governo aumenta a arrecadação para fazer um ajuste fiscal, parte do ganho se transforma automaticamente em aumento da despesa obrigatória com saúde. É uma contradição: o governo faz um ajuste com uma mão e desfaz parte dele com a outra.

O governo sinalizou novas medidas para melhorar as contas públicas. Qual é sua avaliação?
Vejo com preocupação a resistência a conter mais o crescimento dos gastos. A redução das renúncias tributárias é correta, mas aumenta a receita. Deveria haver mais ênfase no controle das despesas. Também preocupa o caráter tortuoso das medidas, que gera confusão nas projeções futuras. Em vez de estabelecer regras claras, o governo propõe mudanças pontuais. Isso representa uma oportunidade perdida de produzir um choque de confiança capaz de reduzir os juros. Além disso, deixar tudo na mão de quem executa o contingenciamento gera incerteza. É melhor ter uma regra fiscal mais dura, que permita aos gestores saber desde o início do ano quanto poderão gastar. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

SEU REFÚGIO PERFEITO ENTRE SÃO PAULO E RIO

Neste feriado da Consciência Negra, encontre no **Hotel Resort e Golfe Clube dos 500** o cenário ideal para desacelerar. Entre jardins encantadores, amplas áreas verdes e a beleza do campo de golfe, aproveite dias de tranquilidade, conforto e momentos especiais em meio à natureza.



FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

*A menos de uma hora de São Paulo, o **Hotel Resort e Golfe Clube dos 500** reúne conforto, história e muita natureza em um só lugar.*

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500
Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá SP
hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

AGÊNCIA ESTADO S.A.
CNPJ nº 62.652.961/0001-38 - NIRE 35300202112
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os Senhores Acionistas da AGÊNCIA ESTADO S.A. (“Sociedade”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 27 de novembro de 2026, às 10:00 horas, na sede social, nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 55, 6º andar, Bairro do Limão, CEP 02598-900, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1)** a declaração e distribuição de dividendos intermediários, nos termos do artigo 24 do Estatuto Social; **2)** a forma e o prazo de pagamento dos dividendos declarados; e **3)** a aprovação da quitação, mediante compensação, das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Estadão Participações S.A. de titularidade da Sociedade. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 12 de novembro de 2026. ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA – Presidente do Conselho de Administração.